

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

PROJETO DE LEI Nº 181, DE 2024

Dispõe sobre a adoção de medidas de atendimento dispensadas a crianças e adolescentes pelas instituições responsáveis por perícias e exames de constatação de violência sexual.

Autor: Deputado LUCIANO DUCCI

Relatora: Deputada DELEGADA IONE

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 181, de 2024, dispõe sobre a adoção de medidas de atendimento dispensadas a crianças e adolescentes pelas instituições responsáveis por perícias e exames de constatação de violência sexual.

Na justificativa, o ilustre autor enfatiza que a implementação das diretrizes propostas visa proporcionar um ambiente mais seguro e acolhedor às vítimas, promovendo a justiça e prevenindo a revitimização. Destaca, ainda, que a violência sexual contra crianças e adolescentes é uma problemática de natureza complexa, relacionada a fatores como pobreza, desigualdade, discriminação, deficiência nos serviços públicos, cultura do silêncio e impunidade.

Reconhece-se, ademais, que crianças e adolescentes constituem grupos vulneráveis, demandando atenção e proteção legal especial. A violência sexual, além de representar uma grave violação de direitos, configura um problema de saúde pública, com impactos físicos e emocionais de longo prazo.



As instituições responsáveis pelas perícias têm papel central na produção de provas técnicas para subsidiar a investigação e a responsabilização dos agressores, bem como no encaminhamento das vítimas aos serviços de saúde, assistência social e proteção especial. No entanto, enfrentam desafios estruturais e operacionais, como carência de infraestrutura, de recursos humanos, de capacitação e de protocolos padronizados, o que compromete a qualidade do atendimento.

Assim, o projeto propõe medidas de atendimento mais adequadas, com o objetivo de garantir a proteção integral das vítimas e o respeito aos seus direitos fundamentais.

O projeto foi distribuído às Comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família e Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 RICD).

A apreciação da proposição é conclusiva pelas Comissões e seu regime de tramitação é ordinário, conforme o art. 24, inciso II e art. 151, inciso III, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas nesta Comissão.

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

Compete a esta Comissão analisar o mérito de proposições relativas à segurança pública e seus órgãos institucionais, conforme o disposto no art. 32, inciso XVI, alínea “d”, do RICD.

O projeto em exame tem por escopo a uniformização dos procedimentos de atendimento destinados a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, com vistas à implementação de um processo mais célere, eficaz e compatível com o princípio da proteção integral, assegurando a observância dos direitos fundamentais das vítimas, conforme preceituado no ordenamento jurídico pátrio.



Apenas, em 2024, até o dia 9 de dezembro, data da última atualização, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) havia recebido quase 275 mil denúncias de violência contra crianças e adolescentes¹, o que denota a relevância da presente proposição.

É notório que a violência sexual impõe danos físicos e emocionais profundos às vítimas, impondo ao Estado o dever de estruturar um sistema de atendimento que assegure a preservação da dignidade da pessoa humana e a plena efetivação de seus direitos fundamentais. Nesse sentido, a proposta revela legítima preocupação com a mitigação de eventuais danos decorrentes do processo de apuração dos fatos, ao prever a criação de um ambiente mais acolhedor e compatível com os parâmetros de humanização do atendimento, especialmente durante a fase de investigação criminal.

Ademais, ao propor diretrizes padronizadas de atendimento, o projeto contribui significativamente para o fortalecimento das instituições periciais, além de incentivar a confiança das vítimas no sistema de justiça e ampliar a possibilidade de denúncia e de responsabilização dos agressores.

Dessa forma, o aperfeiçoamento normativo do atendimento não apenas confere maior respeito à dignidade da pessoa humana no âmbito da persecução penal, como também constitui medida eficaz para a prevenção da revitimização e para a promoção da tutela jurisdicional efetiva.

Em face do exposto, no MÉRITO, votamos pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 181, de 2024.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputada DELEGADA IONE
Relatora

2025-3903

¹ Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2024-dez-15/governo-registra-274-mil-denuncias-de-violencia-contra-criancas-em-2024/>. Acesso em: 15/04/2025.

